



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Relatório de Gestão e Contas
do
Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
2018



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice

1. Introdução	4
2. Enquadramento	4
3. Atividades Desenvolvidas	7
3.1. Candidaturas apresentadas	7
3.1.1. Evolução das candidaturas apresentadas	7
3.1.2. Caracterização das candidaturas apresentadas em 2018	7
3.2. Apreciação de candidaturas	9
3.2.1. Aprovação de Candidaturas	9
3.2.2. Candidaturas não admitidas/arquivadas	10
3.2.3. Candidaturas pendentes ou em análise	11
3.3 Contratos de Financiamento	12
3.4. Situação das candidaturas 2009-2018	14
4. Sistema de Informação de Gestão do Fundo	16
5. Análise Orçamental, Económica e Financeira	17
5.1. Análise Orçamental	17
5.1.1. Receita	17
5.1.2. Evolução da Receita	18
5.1.3. Despesa	19
5.1.4. Evolução da Despesa	20
5.2. Análise dos fluxos de caixa	21
5.3. Análise da situação Económica e Financeira	22
5.3.1. Balanço	22
5.3.2. Demonstração de Resultados	24
6. Síntese conclusiva	26



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2018)	7
Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas por Ministério -2018	7
Quadro 2 - Distribuição de candidaturas por distrito – 2018	8
Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades – 2018	8
Quadro 4 – Candidaturas Aprovadas – 2018	9
Quadro 5 – Reapreciação de Candidaturas	9
Quadro 6 – Candidaturas não admitidas	10
Quadro 7 – Candidaturas arquivadas	10
Quadro 8 – Candidaturas pendentes ou em análise por ministério	11
Quadro 9 – Contratos de Financiamento em execução	12
Quadro 10 – Candidaturas aprovadas sem contrato	13
Quadro 11 – Evolução da apreciação das candidaturas	14
Gráfico 2 - Decomposição das candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2018	15
Quadro 12 – Ponto de situação das candidaturas	15
Quadro 13 - Execução da Receita	17
Quadro 14 – Proveniência da receita	17
Quadro 15 – Evolução da Receita (2017-2018)	18
Gráfico 4- Evolução da receita por agrupamentos - 2017 e 2018	18
Quadro 16 - Execução da Despesa	19
Quadro 17 – Evolução da despesa	20
Gráfico 5- Evolução da despesa - 2017 a 2018	20
Quadro 18 - Fluxos de Caixa	21
Quadro 19– Balanço (2017-2018)	22
Quadro 20 – Demonstração de resultados (2018-2017)	24
Quadro Anexo 1 - Aplicações em CEDIC	28
Quadro Anexo.2 - Acréscimo de Proveitos – Alienação de Imóveis	28

Handwritten signature and initials in blue ink.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Lista de abreviaturas

ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ADE	Administração Direta do Estado
AIE	Administração Indireta do Estado
ANBA	Academia Nacional de Belas Artes
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CHO	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.
CPL	Casa Pia de Lisboa
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DRAP Alentejo	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
DRAP Algarve	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
DRAPLVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
DRAPN	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
EPE	Entidades Públicas Empresariais
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
FRCP	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
GNR	Guarda Nacional Republicana
IGF	Inspeção Geral de Finanças
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos Saúde, IP
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação e Ciência
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGPCM	Secretaria-Geral do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SGMEC	Secretaria-Geral do Ministério da Educação e da Ciência
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SGMTSSS	Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1. Introdução

O relatório de gestão e contas do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP), é elaborado em cumprimento do disposto no artigo 2.º do seu Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, que determina ainda que o mesmo deverá ser presente ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, após emissão de parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

O presente documento proporciona uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando, também, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o ano de 2017, atentos os objetivos e ações definidos no respetivo plano de atividades.

2. Enquadramento

O Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial foi criado pelo Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro¹, tendo por objeto e finalidade o financiamento das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

O FRCP tem a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, regendo-se a sua atividade nos termos do Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março.

É financiado, essencialmente, pela receita proveniente de contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade², receitas resultantes da alienação, da oneração, cedência de utilização e do arrendamento de bens imóveis do Estado, e de rendimentos provenientes de aplicações financeiras.

Podem ser beneficiários de financiamento do Fundo os serviços utilizadores dos imóveis do Estado que apresentem a respetiva candidatura, devendo, no entanto, os projetos estar enquadrados no âmbito dos planos de conservação e reabilitação relativos aos imóveis que lhe estão afetos, elaborados em cumprimento do disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, com exceção das seguintes situações:

- Os imóveis classificados da propriedade do Estado não afetos ao funcionamento de serviços públicos;
- Os imóveis da propriedade do Estado utilizados pelas entidades a favor dos quais reverta integralmente o produto da alienação e oneração do património do Estado;
- As obras de conservação ou beneficiação que sirvam apenas para modernização das instalações;

¹ Alterado pelo artigo 170.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro)

² Nos termos previstos na alínea a) do artigo 7.º da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- As obras em imóveis disponíveis para alienação;
- As operações de intervenção cujo orçamento global seja inferior a 100.000€, salvo obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

O financiamento é a fundo perdido, podendo atingir 80% do custo estimado da operação de intervenção. Pode ser atribuída uma participação financeira de percentagem superior, nas situações de obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

As condições de atribuição e suspensão do financiamento pelo Fundo, bem como os demais direitos e deveres das partes, são reduzidos a escrito no contrato de financiamento.

Nos termos do Regulamento compete às Unidades de Gestão Patrimonial a apresentação à Comissão Diretiva do Fundo das candidaturas elaboradas pelos Serviços. E ainda, efetuar o acompanhamento do contrato de financiamento, designadamente, aferir do cumprimento do projeto de execução da obra, e informar a Comissão Diretiva nas várias fases do projeto, tendo em vista o desembolso da participação financeira, sendo as operações materiais de fiscalização e acompanhamento da obra reduzidas a auto.

O Fundo é gerido por uma Comissão Diretiva, constituída em conformidade com o Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, sendo presidida, por inerência, pela Diretora Geral do Tesouro e Finanças, e os restantes membros da comissão diretiva nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças:

- Presidente da Comissão Diretiva - Dr.ª Maria João Araújo - Diretora Geral do Tesouro e Finanças, em regime de substituição³
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ – Arq.º Miguel Marques dos Santos, Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ – Dr.ª Liliana Andreia da Fonseca Lourenço, técnica superior especialista em orçamento e finanças públicas do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças

A Comissão Diretiva é responsável por assegurar as relações do Fundo com o Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial e com as Unidades de Gestão Patrimonial, com os Serviços utilizadores dos imóveis e com a DGTF, bem como apreciar, hierarquizar e aprovar as candidaturas apresentadas e proceder ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

³ Despacho n.º 2134/2017, de 22 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 52 de 14 de março

⁴ Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 27.12.2017



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

No ano de 2018, foram realizadas doze reuniões da Comissão Diretiva, das quais foi lavrada a competente ata, para apreciação dos assuntos que competem a este órgão. Os temas apreciados incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, as decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda a gestão e programação financeira do Fundo.

No âmbito das matérias apreciadas, identificam-se os seguintes pontos:

- Apreciação e aprovação da reaplicação de verbas de CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo e ainda da retenção dos respetivos juros;
- Aprovação do montante a financiar de nove candidaturas;
- Aprovação da alteração do montante a financiar de seis candidaturas aprovadas em anos anteriores;
- Aprovação de quatro contratos de financiamento;
- Apreciação e autorização dos pedidos de comparticipação apresentados pelas entidades, na sequência dos contratos de financiamento celebrados em execução;
- Aprovação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Apreciação de processos de despesa no contexto do fecho orçamental de 2017;
- Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2017 e restantes documentos de prestação de contas respeitantes ao ano económico de 2017;
- Apreciação e aprovação dos relatórios trimestrais da execução orçamental respeitantes a 2018;
- Aprovação da proposta de orçamento do Fundo para 2019;

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3. Atividades Desenvolvidas

A atividade desenvolvida em 2018 integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se encontram sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

3.1. Candidaturas apresentadas

3.1.1. Evolução das candidaturas apresentadas

O quadro 1 ilustra a evolução na atividade do Fundo, em termos de candidaturas apresentadas.

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2018)

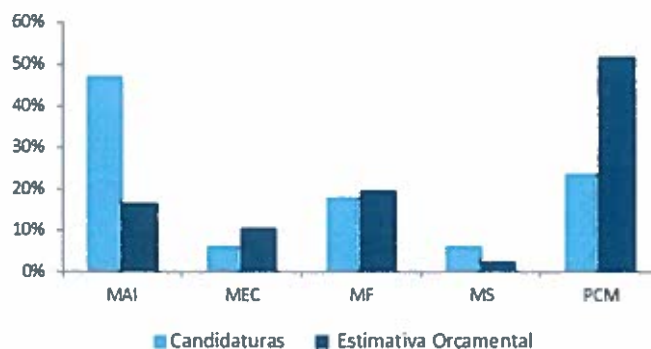
Ministério	2009-2016		2017		2018		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
MAI	34	4.395.600	5	3.592.590	8	1.406.230	47	9.394.420
MAFDR	39	6.036.742	-	-	-	-	39	6.036.742
MDN	40	9.953.168	-	-	-	-	40	9.953.168
ME	1	437.760	-	-	-	-	1	437.760
MEC	14	14.397.814	-	-	1	906.214	15	15.304.028
MF	5	1.104.407	-	-	3	1.669.218	8	2.773.625
MJ	13	3.572.978	1	125.650	-	-	14	3.698.628
MS	67	80.874.134	-	-	1	193.873	68	81.068.006
MTSSS	24	13.870.120	3	1.695.008	-	-	27	15.565.128
PCM	46	26.052.846	3	1.648.036	4	4.473.644	53	32.174.526
Total	283	160.695.569	12	7.061.283	17	8.649.179	312	176.406.031

Durante o ano de 2018, foram apresentadas 17 novas candidaturas, tendo-se atingindo um total de 312 candidaturas desde 2009. Comparativamente com o ano anterior, verifica-se um acréscimo, quer ao nível do número de candidaturas apresentadas (42%), quer a nível do valor, com um acréscimo de 22%.

3.1.2. Caracterização das candidaturas apresentadas em 2018

O gráfico 1 e os quadros 2 e 3, refletem a distribuição das candidaturas apresentadas em 2018 por Ministério, distribuição geográfica e tipo de entidades.

Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas por Ministério -2018



Em 2018, quanto à distribuição por Ministério, atendendo ao nº de candidaturas apresentadas verifica-se uma concentração no MAI com 8 candidaturas. Atendendo ao investimento global das

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

intervenções destaca-se o PCM, seguindo-se o MF. Em termos acumulados, em n.º de candidaturas, destaca-se o MS, seguindo-se a PCM e o MAI, sendo este último substituído pelo MTSSS no que respeita ao investimento envolvido.

Em relação à localização dos imóveis das candidaturas apresentadas e investimentos envolvidos, observa-se, uma concentração no distrito de Lisboa, com 8 candidaturas com um valor aproximado de 2,2 milhões de euros, correspondente a 32 % do investimento, número para o qual contribui o facto de a grande maioria dos serviços se encontrarem sediados nesse distrito.

Quadro 2 - Distribuição de candidaturas por distrito – 2018

Distrito	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Lisboa	8	47%	2.777.808	32%
Portalegre	2	12%	1.514.329	18%
Porto	2	12%	1.501.808	17%
Bragança	1	6%	1.268.108	15%
Vila Real	1	6%	175.000	2%
Évora	1	6%	906.214	10%
Aveiro	1	6%	172.200	2%
Faro	1	6%	333.713	4%
Total	17	100%	8.649.179	100%

Analisando as candidaturas apresentadas em 2018 por grupos de entidades, pode observar-se no quadro 3 que, quer em número de candidaturas, quer a nível de investimento estas concentram-se nos serviços que integram a Administração Direta do Estado (ADE) responsável por 90%.

Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades – 2018

Setor	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Administração Direta	16	94%	7.742.965	90%
Administração Indireta	1	6%	906.214	10%
Total	17	100%	8.649.179	100%

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.2. Apreciação de candidaturas

3.2.1. Aprovação de Candidaturas

Conforme descrito no ponto anterior, no decorrer do ano de 2018 foram apresentadas 17 novas candidaturas, que no conjunto totalizam aproximadamente 8,6 milhões de euros de investimento, que acresceram às candidaturas transitadas de anos anteriores, cujos processos ainda não se encontravam concluídos.

De referir que transitaram do ano anterior 48 candidaturas que se encontravam pendentes da junção de elementos adicionais ou a aguardar análise.

Durante o ano de 2018, foram aprovadas 9 candidaturas, o que representa um incremento face à atividade de ano anterior, em que foram aprovadas 2 candidaturas.

O quadro seguinte, resume as candidaturas aprovadas por ministério:

Quadro 4 – Candidaturas Aprovadas – 2018

Ministério - Entidade	Nº	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar
SEF	1	713.400	570.720
MAI	1	713.400	570.720
DRAP Norte	1	123.000	92.250
MAFDR	1	123.000	92.250
SGMF	1	230.345	184.276
MF	1	230.345	184.276
CPL	2	869.915	695.932
SGMTSSS	2	1.009.516	802.038
MTSSS	4	1.879.431	1.497.970
DGPC	1	943.930	755.144
SGPCM	1	74.371	59.497
PCM	2	1.018.301	814.641
Total	9	3.964.477	3.159.856

Foram ainda objeto de reapreciação 6 candidaturas aprovadas em anos anteriores, na sequência da apresentação dos projetos de execução ou da necessidade de alteração dos montantes a financiar na sequência dos procedimentos de contratação pública realizados.

Quadro 5 – Reapreciação de Candidaturas

Ministério - Entidade	Nº	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar
DRAP Algarve	1	101.364	76.023
MAFDR	1	101.364	76.023
ACT	1	183.122	146.498
MTSSS	1	183.122	146.498
ANBA	1	446.283	357.026
BNP	1	314.635	251.708
DGLAB	2	1.078.016	832.731
PCM	4	1.838.934	1.441.466
Total	6	2.123.420	1.663.986



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.2.2. Candidaturas não admitidas/arquivadas

Durante o ano de 2018, foi deliberado não admitir 13 candidaturas, a que corresponderia um montante global de financiamento de 1,7 milhões de euros.

Quadro 6 – Candidaturas não admitidas

Ministério - Entidade	Nº	Estimativa Orçamental	Montante Solicitado
GNR	7	1.246.330	997.064
PSP	1	159.900	127.920
SGMAI	1	184.500	147.600
MAI	9	1.590.730	1.272.584
DRAP Norte	2	258.300	206.640
MAFDR	2	258.300	206.640
AT	2	419.829	306.188
MF	2	419.829	306.188
Total	13	2.268.859	1.785.412

Das candidaturas não admitidas, a maioria (8) foram apresentadas durante 2018, tendo a sua não admissão sido fundamentada com o disposto no art.º 125.º do Decreto-lei n.º 33/2018, de 3 de março, em que se prevê que *“O financiamento do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial não abrange os serviços, organismos e demais entidades que possam beneficiar de outros fundos, públicos ou privados, destinados a operações de reabilitação, conservação ou restauro em imóveis, ou de outros programas decorrentes de regimes e legislação especiais de rentabilização de imóveis.”*

Considerando a necessidade de efetuar um ponto de situação das candidaturas, face ao tempo, entretanto decorrido desde a aprovação, e ao interesse em melhorar o desempenho do Fundo, foi solicitada durante 2018 informação às entidades beneficiárias através das respetivas unidades de gestão patrimonial, sobre os procedimentos conducentes à execução, na sequência dos pedidos de informação solicitados pelo Fundo através das respetivas Unidades de Gestão Patrimonial.

Assim, na sequência da referida consulta foram arquivadas 9 candidaturas, objeto de aprovação em anos anteriores cujo financiamento ascendia a 1,5 milhões de euros.

Quadro 7 – Candidaturas arquivadas

Ministério - Entidade	Nº	Estimativa Orçamental	Financiamento Aprovado
SGMAI	2	399.750	299.813
MAI	2	399.750	299.813
DRAP Alentejo	1	179.400	134.550
DRAP Algarve	2	123.000	72.263
DRAP LVT	1	183.630	146.904
GPP	1	697.339	557.871
MAFDR	5	1.183.369	911.588
SGMS	1	375.389	281.541
MS	1	375.389	281.541
DGPC	1	55.350	41.513
PCM	1	55.350	41.513
Total	9	2.013.858	1.534.454

3.2.3. Candidaturas pendentes ou em análise

No que se refere às candidaturas pendentes ou em análise, verificou-se um decréscimo no número de candidaturas (45), mas aumentou o investimento que lhes associado, que no seu conjunto totalizam 42,5 milhões de euros, quando comparado com o ano anterior em que se registaram 48 candidaturas no valor de 30,9 milhões de euros. A repartição por ministério, resume-se no quadro a seguir:

Quadro 8 – Candidaturas pendentes ou em análise por ministério

Ministério - Entidade	Nº	Estimativa Orçamental
MAI	1	1.968.000
MAFDR	12	1.436.148
MEC	3	4.579.501
MF	2	1.438.873
MJ	2	1.280.164
MS	12	18.641.624
MTSSS	4	4.028.853
PCM	9	9.166.060
Total	45	42.539.222

Este número inclui candidaturas cuja apreciação se encontra pendente da junção de esclarecimentos dos serviços beneficiários essenciais à análise, nomeadamente, apresentação dos elementos matriciais e prediais dos imóveis, apresentação de uma memória descritiva e justificativa, com descrição das patologias presentes nos imóveis e as intervenções a implementar, acompanhadas de uma estimativa de custo de todos os trabalhos, no montante de 34,9 milhões de euros, entre as quais destacam:

- No MS as 7 candidaturas apresentadas pelo Centro Hospitalar do Oeste referentes aos edifícios do Hospital de Torres Vedras e das Caldas da Rainha, que aguardam o envio de informação complementar e/ou a reformulação das candidaturas e as 2 candidaturas apresentadas pelo Infarmed no valor de 9,5 milhões de euros, embora admitidas, apesar de a situação de utilização e ocupação dos mesmos não se encontrar regularizada, aguardam a confirmação do interesse em manter as candidaturas;
- Na PCM as 8 candidaturas apresentadas pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) no valor de 8,6 milhões, que aguardam o envio da calendarização das operações de intervenção;
- No MEC a candidatura apresentada pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação, no valor de 3,2 milhões de euros, objeto de análise técnica em maio de 2018, a aprovação ficou pendente do envio de informação quanto à programação financeira, que em parte se justificou pela eventual integração do imóvel no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), situação que se confirmou em 2019;
- No MTSSS mantém-se pendente a candidatura apresentada em 2013 pela Casa Pia de Lisboa, atenta a prioridade e calendarização prevista (abril 2020 a outubro 2021). Relativamente às candidaturas apresentadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional e pela Direção-Geral de Segurança Social, irão ser apresentadas reformulações das candidaturas;



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- No que respeita ao MAFDR as 10 candidaturas apresentadas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, estão pendentes do envio de elementos matriciais e registrais dos imóveis;

3.3 Contratos de Financiamento

Transitaram de anos anteriores, 18 candidaturas aprovadas sem contrato de financiamento, onde se incluem 7 candidaturas, entretanto, arquivadas na sequência da consulta às respetivas UGP e entidades beneficiárias.

Em 2018 foram celebrados 4 contratos de financiamento no valor de 614.059 €, o que representa um acréscimo da atividade face ao ano de 2017 (celebrado 1 contrato de financiamento).

A estes acrescem, os 8 contratos transitados do ano anterior, relativos a contratos celebrados ainda sem execução ou parcialmente executados. Destes contratos, 2 (candidaturas 73 e 74/2010) e não darão origem a encargos, por terem sido arquivados os processos, na sequência da comunicação pela respetiva UGP do desinteresse na continuidade das candidaturas.

O quadro seguinte apresenta o valor do financiamento atribuído por candidatura, e a respetiva execução:

Quadro 9 – Contratos de Financiamento em execução

Ministério Entidade	N.º de Candidatura	N.º Contrato	Financiamento FRCP	Pagamentos anos anteriores	Pagamentos 2018	Por executar
PSP	05/2015	01/2017	216.557	82.903	-	133.654
MAI	1		216.557	82.903		133.654
DRAP LVT	73/2010	7/2013	146.904	-	-	-
DRAP Alentejo	74/2010	01/2014	134.550	-	-	-
DRAP Alentejo	76/2010	02/2014	107.933	21.420	-	86.513
DRAP Norte	89/2010	03/2015	123.586	63.712	-	59.874
DRAP Norte	90/2010	04/2015	28.601	0	-	28.601
MAFDR	5		541.573	85.132		174.987
SGMEC	09/2009	7/2014	764.329	-	-	764.329
MEC	1		764.329			764.329
SGMF	14/2018	04/2018	184.276	-	184.276	-
MF	1		184.276		184.276	
ACT	23/2016	02/2018	146.498	-	25.988	120.510
MTSS	1		146.498		25.988	120.510
DGPC	04/2014	23/2015	348.000	210.717	-	137.283
SGPCM	03/2016	03/2018	59.497	-	-	59.497
BNP	06/2016	01/2018	251.708	-	251.708	-
PCM	3		659.205	210.717	251.708	196.779
TOTAL	12		2.512.437	378.752	461.973	1.390.258

A execução financeira em 2018, refere-se a apenas a 3 contratos, correspondendo a pagamentos no valor de 0,4 milhões de euros. O montante por executar, a transitar para anos seguintes, ascende a 1,4 milhões de euros, e deve-se ao seguinte:

- A execução de contrato de financiamento celebrado com a PSP, inicialmente prevista até final de 2017, não foi possível, face ao prazo de execução da empreitada, e à data da sua consignação, o que implicou a necessidade de obtenção de autorização para reescalonamento dos encargos. Durante 2018, não foram apresentados pedidos de comparticipação;



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- No caso dos contratos celebrados com a DRAP Norte, o financiamento por executar resultou das dificuldades na execução da obra por incumprimento parcial do contrato de empreitada respeitante ao Edifício de Mirandela e, incumprimento total do contrato de empreitada de Matosinhos, o que obrigou à apresentação de pedido de prorrogação da portaria de extensão de encargos, que se encontra em análise.
- A execução do contrato de financiamento celebrado com a DGPC, está pendente da regularização, através de uma portaria de extensão de encargos na qual se refletira o escalonamento da despesa associada à empreitada e ao respetivo financiamento pelo FRCP.
- A SGMEC reiterou o interesse na execução da candidatura aprovada, no entanto ainda está a providenciar a reformulação do projeto de execução;
- A execução da empreitada da ACT, inicialmente prevista para 2018, transitou para o primeiro trimestre de 2019, em virtude do atraso no início da obra;
- No caso da Secretaria-Geral da PCM, o pagamento da comparticipação ficou pendente da regularização do pagamento das contrapartidas devidas no âmbito da aplicação do Princípio da Onerosidade.

Não obstante os procedimentos adotados, designadamente insistências (comunicações regulares) e realização de reuniões com entidades e UGP, persistem as dificuldades de execução, que se traduzem na ausência ou atrasos na execução, e no arrastamento da contratualização.

No que respeita à contratualização, registou-se um decréscimo no número de candidaturas sem contrato, no entanto, o financiamento a conceder no valor de 6,1 milhões de euros é bastante superior, face ao registado no ano anterior (cerca de 4,9 milhões de euros para 18 candidaturas).

Este comportamento, decorre em grande medida das candidaturas aprovadas em 2018, cujos contratos irão ser celebrados em 2019.

Quadro 10 – Candidaturas aprovadas sem contrato

Ministério Entidade	Nº de Candidaturas	Financiamento FRCP
SEF	1	570.720
MAI	1	570.720
DRAP Algarve	2	117.535
DRAP Norte	1	92.250
MAFDR	3	209.785
SGMEC	1	1.424.761
MEC	1	1.424.761
ARS Algarve	1	295.200
CHO	2	191.978
MS	3	487.178
CPL	2	695.932
SGMTSSS	2	802.038
MTSSS	4	1.497.970
ANBA	1	357.026
DGLAB	2	832.731
DGPC	1	755.144
PCM	4	1.944.902
Total	16	6.135.315



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

No que se refere às candidaturas aprovadas em anos anteriores, é de salientar que a celebração de contratos de financiamento está dependente da apresentação de documentação por parte dos serviços beneficiários, designadamente projeto de execução; declaração de compromisso que ateste que as candidaturas apresentadas não são objeto de apoio através de outro programa ou instrumento financeiro de âmbito comunitário e comprovativo de que o serviço beneficiário dispõe de dotação orçamental para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação por parte do Fundo.

Deste modo, não se concretizou a celebração 5 dos oito contratos, previstos em 2018: 2 do MS (candidaturas n.º 17/2013 e 18/2013) e 3 da PCM (candidaturas n.º 64/2010 e 65/2010 apresentadas pela Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e candidatura n.º 06/2011 apresentada pela Academia Nacional de Belas Artes.

No que se refere à candidatura do MEC, tendo o imóvel das Cavalariças das Laranjeiras, em causa integrado o Fundo Nacional de Reabilitação, o processo não prosseguirá, caso se confirme a integração no referido Fundo.

3.4. Situação das candidaturas 2009-2018

Como referido nos pontos anteriores, da apreciação das candidaturas resultou um acréscimo de 22 candidaturas no grupo das candidaturas não admitidas ou arquivadas, das quais 9 tinham sido objeto de aprovação em anos anteriores, e a aprovação de 9 candidaturas. No final do ano, permaneciam 45 candidaturas pendentes.

Apresenta-se de seguida, no Quadro 11 e no gráfico 2, de forma sucinta e esquemática, a decomposição das candidaturas reportada ao final de 2018.

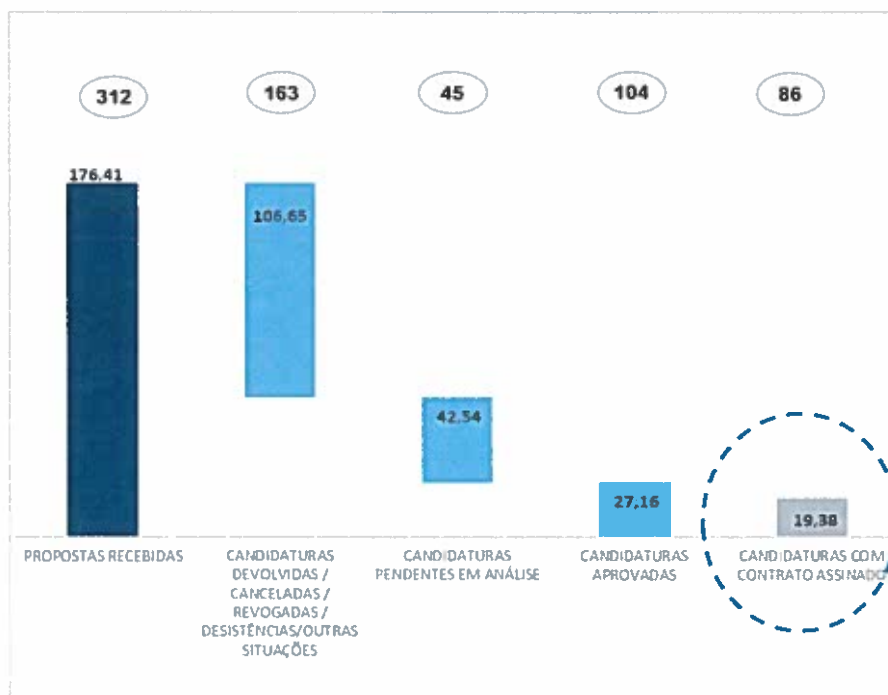
Quadro 11 – Evolução da apreciação das candidaturas

Anos	Candidaturas apresentadas	Candidaturas Devolvidas/Canceladas Revogadas/Desistências /Outras situações	Candidaturas Pendentes em análise	Candidaturas Admitidas	
				aprovadas	por aprovar
2009-2016	283	131	48	102	2
2017	12	10	48	2	2
2018	17	22	45	9+(-9) ⁵	-
Total	312	163	45	104	-

⁵ Em 2018 foram arquivadas 9 candidaturas aprovadas em anos anteriores

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Gráfico 2 - Decomposição das candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2018



O quadro seguinte apresenta a situação das candidaturas desde 2009, por ministério:

Quadro 12 – Ponto de situação das candidaturas

Ministério	Propostas Recebidas		Candidaturas Devolvidas / Canceladas / Revogadas / Desistências		Candidaturas Pendentes em Análise		Candidaturas Aprovadas		
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	Financiamento
MAI	47	9.394.420	22	4.043.987	1	1.968.000	24	3.382.433	2.637.627
MAFDR	39	6.036.742	16	2.134.445	12	1.436.148	11	2.466.150	1.849.612
MDN	40	9.953.168	24	7.251.852	-	-	16	2.701.316	2.069.649
ME	1	437.760	1	437.760	-	-	-	-	-
MEC	15	15.304.028	9	7.692.911	3	4.579.501	3	3.031.616	2.374.337
MF	8	2.773.625	2	419.829	2	1.438.873	4	914.922	713.857
MJ	14	3.698.628	12	2.418.464	2	1.280.164	-	-	-
MS	68	81.068.006	49	59.458.152	12	18.641.624	7	2.968.231	2.259.453
MTSSS	27	15.565.128	12	7.710.154	4	4.028.853	11	3.768.269	2.957.099
PCM	53	32.174.526	16	15.086.306	9	9.166.060	28	7.922.160	6.550.043
Total	312	176.406.031	163	106.653.858	45	42.539.222	104	27.155.098	21.411.679

Importa ainda referir que as 45 candidaturas pendentes ou em análise, não incluem as 21 candidaturas do MS que irão ser objeto de reapreciação na sequência da recomendação do Tribunal de Contas.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

4. Sistema de Gestão do Fundo

O desenvolvimento do sistema de controlo interno, no âmbito do qual se identificam duas componentes fundamentais, implementação e divulgação do manual de procedimentos e implementação de um sistema de informação de suporte à atividade, continuam a merecer a necessária atenção.

Assim, durante 2018, foi elaborada e objeto de apreciação a proposta de manual de procedimentos que permitirá a adequada uniformização da apresentação e apreciação dos processos de candidatura.

Foi ainda aprovado e divulgado na área do Fundo o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial.

Quanto à implementação de um sistema de informação de suporte à atividade do Fundo, importa mencionar que o processo de operacionalização para apresentação de candidaturas online está dependente do desenvolvimento do projeto de criação de um portal especializado em imobiliário público, que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial, o qual está em curso. Aguarda-se assim a sua implementação e entrada em produção para que os vários elementos fiquem estruturados e imediatamente disponíveis para visualização e análise.

Refira-se que foram introduzidas melhorias e aperfeiçoamentos na gestão operacional do Fundo sobre as candidaturas recebidas, analisadas e aprovadas, relativas a operações de recuperação, e conservação dos imóveis de propriedade do Estado, conduzindo a que de forma expedita seja possível fazer o “audit trail” de cada processo e verificar a sua evolução.

No que se refere à solução de suporte à gestão orçamental, financeira e patrimonial, para cumprimento da norma estabelecida nos decretos-leis de execução orçamental sobre a obrigatoriedade da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) pelos serviços e fundos autónomos através da adesão de uma das modalidades disponibilizadas pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), manteve-se a modalidade de utilização da solução GERFIP, de Partilha de Serviços.

5. Análise Orçamental, Económica e Financeira

Considerando a Resolução 7/2018 do Tribunal de Contas, de 9 de janeiro de 2019, o referencial de prestação de contas relativas ao ano de 2018 adotado pelo Fundo, é o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), sendo a conta organizada de acordo com a instrução n.º 1/2004, de 22 de janeiro.

5.1. Análise Orçamental

A execução do Orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2018, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental.

5.1.1. Receita

Quanto à receita apresenta-se o quadro infra com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 13 - Execução da Receita

Designação	Dotações Corrigidas	Receita Cobrada	Taxa de Execução	(euros)
				Peso Estrutural
Receitas Correntes				
05.03. - Rendimentos da Propriedade-juros	113.539	14.453	12,7%	0,1%
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas-terrenos	18.060	14.356	79,5%	0,1%
06.03. – Transferências correntes Administração Pública	2.565.627	14.701.584	573,0%	54,0%
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas	134.074	130.695	97,5%	0,5%
Receita Correntes	2.831.300	14.861.088	524,9%	54,6%
Receitas de Capital				
10.03.- Transferências de capital - Administração Pública	225.340	268.879	119,3%	1,0%
Receitas de capital	225.340	268.879	119,3%	1,0%
Outras Receitas				
13.01 - Indemnizações	224	224	99,9%	0,0%
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	12.073.480	12.073.480	100,0%	44,4%
Outras Receitas	12.073.704	12.073.704	100,0%	44,4%
Receitas Totais	15.130.344	27.203.671	179,8%	100,0%

A receita cobrada foi de 27.203.671 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 179,8 % face ao orçamento corrigido, repartida por receitas correntes (54,6 %), 1 % em receitas de capital e 44,4 % em outras receitas.

O quadro seguinte decompõe a receita de acordo com a sua proveniência:

Quadro 14 – Proveniência da receita

Classificação Económica	Designação	Valor (€)	Peso Estrutural
05.03. - Rendimentos da Propriedade - juros	Juros Ilíquidos recebidos	14.453	0,10%
05.10 - Rendimentos da Propriedade- rendas	Cedências e arrendamentos - Terrenos	14.356	0,09%
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas	Cedências e arrendamentos	130.695	0,86%
06.03 - Transferências correntes	Princípio de Onerosidade	14.701.584	97,17%
10.03.- Transferências de capital	Alienação de Imóveis ⁶	268.879	1,78%
13.01 - Outras Receitas de Capital	Indemnizações	224	0,00%
Total da Receita		15.130.191	100%

⁶ Incluindo 1.104,84 € relativos a juros pelo diferimento do pagamento da alienação de imóveis, nos termos do despacho 24-10-2018

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.1.2. Evolução da Receita

O quadro 15 e gráfico 4, evidenciam a evolução da receita.

Quadro 15 – Evolução da Receita (2017-2018)

Designação	Receita Cobrada 2017		Receita Cobrada 2018		Variação 2017-2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
05.03 - Rendimentos Propriedade-Juros	113.538	0,9%	14.453	0,1%	-99.085	-87,3%
05.10 - Rendimentos da Propriedade Rendas-terrenos	20.427	0,2%	14.356	0,1%	-6.071	-29,7%
06.03- Transferências. Correntes-Administração Central	1.003.399	8,1%	14.701.584	54,0%	13.698.185	1365,2%
07.03 - Venda de bens e serviços - Rendas -edifícios	238.785	1,9%	130.695	0,5%	-108.090	-45,3%
Total das Receitas Correntes	1.376.150	11,2%	14.861.088	54,6%	13.484.939	979,9%
Receitas de Capital						
10.03 - Transferências de capital - Administração Pública	36.736	0,3%	268.879	1,0%	232.143	631,9%
Total de Receitas de Capital	36.736	0,3%	268.879	1,0%	232.143	631,9%
Outras Receitas						
13.01 - Indemnizações	-	-	224	-	224	-
16. 01 - Saldo da gerência anterior-Saldo orçamental	10.919.594	88,5%	12.073.480	44,4%	1.153.886	10,6%
Total Outras Receitas	10.919.594	88,5%	12.073.704	44,4%	1.154.110	10,6%
Receitas Totais	12.332.480	100,0%	27.203.671	100,0%	14.871.191	120,6%

A receita cobrada registou um acréscimo de 14.871.191 €, isto é mais 120%, face ao ano anterior, para o qual contribuiu, essencialmente:

- O acréscimo das transferências correntes no valor de 13.698.185 €, respeitante à receita proveniente das contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade, onde se incluem 8.017.342 €, registados como proveito em 2017;
- As transferências de capital – Administração Pública, registaram um aumento de 232.143 €, associado ao valor produto da alienação de imóveis do Estado;
- O Saldo da Gerência de 2017 a integrar no orçamento de 2018 assinalou um acréscimo de 1.153.886 €, face ao ano anterior.

Este acréscimo foi mitigado, pelo decréscimo da receita proveniente do arrendamento e da cedência de utilização de imóveis do Estado e do rendimento proveniente das aplicações financeiras:

- As rubricas de rendimentos de propriedade – rendas e de venda de bens e serviços, onde é registada a receita proveniente do arrendamentos e cedências de terrenos e edifícios do Estado, registaram uma quebra de 6.071 € e 108.090€, respetivamente;
- Os rendimentos de propriedade-juros apresentam uma descida de 99.085 €, justificada pela descida das taxas de juro de CEDIC, que nas aplicações financeiras vencidas após agosto passou a ser 0,0%.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Gráfico 4- Evolução da receita por agrupamentos - 2017 e 2018



5.1.3. Despesa

Quanto à despesa, apresenta-se o quadro com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 16 - Execução da Despesa

Natureza da Despesas	Dotações Corrigidas*	Cativos	Compromissos assumidos	Despesa Paga		Compromissos por pagar	Taxa de Execução
				Valor	Peso %		
Despesas Correntes							
02- Aquisição de Serviços	20.000	11.246	-	-	-	-	-
04 - Transferências Correntes	442.515	-	370.287	277.696	59,6%	92.591	62,8%
06 - Outras despesas correntes	35.033	6.648	3.613	3.613	0,8%	-	-
Despesas Correntes	497.548	17.894	373.900	281.310	60,4%	92.591	56,5%
Despesas de Capital							
08. - Transferências de capital	2.559.316	-	514.709	184.276	39,6%	330.433	7,2%
Despesas de Capital	2.559.316	-	514.709	184.276	39,6%	330.433	7,2%
Total Despesa	3.056.864	17.894	888.609	465.586	100,0%	423.023	15,3%

A despesa paga no valor de 465.586 €, representou uma taxa de execução de 15,3%, encontra-se repartida pelos seguintes agrupamentos:

- Despesas correntes no valor de 281.310 €, com a taxa de execução de 56,5%. Neste grupamento, destacam-se as transferências correntes, no valor de 277.696 €, referentes a 2 contratos de financiamento. O remanescente, no valor de 3.613 €, refere-se ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletiva (IRC), retido na fonte pelo IGCP, associado às aplicações financeiras em CEDIC;
- Despesas de capital com uma taxa de execução de 7,2%, face à dotação corrigida a que compreende a despesa paga no montante de 184.276 €, referente às transferências de capital decorrente de 1 contratos de financiamento. Assinalou-se ainda, os compromissos por pagar no valor de 423.023 €.

Assinala-se ainda, os compromissos por pagar no âmbito das transferências correntes e de capital no valor de 92.591 € e 330.433 €, respetivamente.

A fraca execução, tanto ao nível do agrupamento 08, como no agrupamento 04, deveu-se essencialmente, aos atrasos nos procedimentos prévios à execução dos projetos por parte das entidades beneficiárias, e consequentemente na contratualização das candidaturas e respetivo financiamento.

5.1.4. Evolução da Despesa

O quadro 17 e o gráfico 5 evidenciam a evolução da despesa no último biénio:

Quadro 17 – Evolução da despesa

Designação	Despesas Pagas 2017		Despesas Pagas 2018		Variação 2017-2018	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
	(euros)					
Despesas Correntes						
02. Aquisição de Bens de Serviços	17.164	6,6%	-	-	-17.164	-100%
04. Transferências Correntes	-	-	277.696	59,6%	277.696	-
06. Outras Despesas Correntes	28.385	11,0%	3.613	0,8%	-24.771	-87,3%
Total das despesas correntes	45.549	17,6%	281.310	60,4%	235.761	517,6%
Despesas de Capital						
08. Transferências de capital	213.452	82,4%	184.276	39,6%	-29.176	-13,7%
Total das despesas de capital	213.452	82,4%	184.276	39,6%	-29.176	-13,7%
Despesas Totais	259.000	100,0%	465.586	100,0%	206.585	79,8%

O total da despesa paga em 2018 apresentou um acréscimo de 206.585 € (79,8 %), face ao ano de 2017, em resultado do acréscimo das transferências correntes para os serviços beneficiários.

As restantes rúbricas registaram um decréscimo na despesa paga. No que se refere às outras despesas correntes, a redução deve-se à quebra dos juros recebidos de aplicações em CEDIC e consequente impacto na retenção de IRC.

Gráfico 5- Evolução da despesa - 2017 a 2018





S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2. Análise dos fluxos de caixa

O mapa de Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, respeitantes à execução orçamental e os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

Quadro 18 - Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		12.073.631	Despesas		465.586
De receita próprias	12.073.479		Despesas orçamentais		
De operações de tesouraria	152		Correntes	281.310	
			Capital	184.276	
Receitas			Importâncias Entregues ao Estado e Outras Entidades		152
Receitas Próprias		15.130.191	Operações de Tesouraria	152	
Correntes	14.861.088		Saldo para a gerência Seguinte		26.738.085
Capital	269.103		De receitas próprias	26.738.085	
Total		27.203.822	Total		27.203.822

O saldo de gerência anterior foi de 12.073.479 €, acrescido de 152 € referente a operações de tesouraria, e o saldo para a gerência seguinte ascendeu ao montante de 26.738.085 €.

O valor transitado em saldo de gerência de operações de tesouraria 152 €, transferido indevidamente para a conta do Fundo, foi devolvido durante o corrente ano.

Importa ainda referir, que se mantêm os constrangimentos, que condicionam a relevação do valor relativo ao montante aplicado em CEDIC nos saldos de abertura e de encerramento do mapa de Fluxos de Caixa e a consistência do saldo de disponibilidades nos documentos de prestação de contas⁷. Com a correção desta deficiência, no mapa de fluxos de caixa constaria a seguinte informação:

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		51.901.965	Despesas		465.586
De receita próprias	12.073.479		Despesas orçamentais		
De operações de tesouraria	152		Correntes	281.310	
CEDIC	39.828.334		Capital	184.276	
Receitas			Importâncias Entregues ao Estado e Outras Entidades		152
Receitas Próprias		15.130.191	Operações de Tesouraria	152	
Correntes	14.861.088		Saldo para a gerência Seguinte		66.566.419
Capital	269.103		De receitas próprias	26.738.085	
			CEDIC	39.828.334	
Total		67.032.157	Total		67.032.157

⁷ Recomendação 5 do Relatório de Auditoria nº 12/2016 2ª secção Tribunal de Contas



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.3. Análise da situação Económica e Financeira

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente financeira, de custos e proveitos, ativos e passivos.

As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Fundo, reportada ao final do exercício económico.

5.3.1. Balanço

Em termos de Balanço, este representa a situação patrimonial do Fundo no fim do exercício, expressando a relação existente entre o ativo, o passivo e os fundos próprios.

Os valores registados no Balanço nos anos de 2017 e 2018 são os seguintes:

Quadro 19– Balanço (2017-2018)

Contas do Balanço		2018		2017		Variação	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo							
153	Títulos da dívida pública	39.828.334,28	60%	39.828.334,28	66%	-	0%
13	Conta no Tesouro	26.738.084,82	40%	12.073.631,04	20%	14.664.453,78	121%
271	Acréscimos de proveitos	224.260,64	0%	8.495.296,30	14%	- 8.271.035,66	-97%
Total do Ativo		66.790.679,74	100%	60.397.261,62	100%	6.393.418,12	11%
Fundos Próprios e Passivo							
Fundos Próprios:							
59	Resultados Transitados	60.392.456,65	90%	50.887.592,25	84%	9.504.864,40	19%
88	Resultados Líquidos	6.398.064,75	10%	9.504.864,40	16%	-3.106.799,65	-33%
Total dos fundos próprios		66.790.521,40	100%	60.392.456,65	100%	6.398.064,75	11%
Passivo:							
268	Devedores e credores diversos	-	-	151,56	3%	-151,56	-100%
273	Acréscimos de custos	-	0%	2.503,67	52%	-2.503,67	-100%
274	Proveitos diferidos	158,34	100%	2.149,74	45%	-1.991,40	-93%
Total do passivo		158,34	100%	4.804,97	100%	-4.495,07	-97%
Total Fundos próprios e Passivo		66.790.679,74		60.397.261,62		6.393.569,68	11%

Da análise ao Balanço destacam-se os seguintes aspetos:

Ativo

O Ativo total registou um acréscimo de 11 % face ao ano anterior, resultado que foi determinado essencialmente pelo aumento do montante disponível na Conta no Tesouro:

- A conta de Títulos da dívida pública no valor de 39.828.334 €, não registou variação relativamente a 2017, e engloba as aplicações em CEDIC detidas pelo Fundo.
- A conta no Tesouro registou um acréscimo de 121% no valor de 14.664.454 €, em resultado do diferencial entre a receita cobrada e a despesa paga, que acresceu ao saldo de gerência de 2017.
- A conta de Acréscimos de proveitos, no valor de 224.261 €, apresenta uma redução significativa de 8.271.035, que ficou a dever-se essencialmente ao valor do princípio da onerosidade referente ao ano anterior, no valor de 8.017.342 €, cujo recebimento só ocorreu em 2018. Os valores registados englobam a receita proveniente de alienações ocorridas entre 2011 e 2017, a receber em anos seguintes.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Fundos Próprios e Passivo

No que se refere aos Fundos próprios e Passivo, destaca-se:

- O acréscimo dos Fundos Próprios, explicado sobretudo pela evolução da conta dos Resultados Transitados que registou em 2018 um aumento de 9.504.864 € face a 2017.
- Relativamente ao passivo, a conta de proveitos diferidos compreende os proveitos no valor de 158 €, provenientes de rendimentos de cedências e arrendamentos de imóveis da propriedade do Estado que devem ser reconhecidos no exercício seguinte.

A conta de acréscimo de custos não apresenta valor em 2018, atendendo a que não existe qualquer especialização de IRC, dado que desde finais agosto de 2017 se taxas de juros aplicadas pelo IGCP aos CEDIC se fixaram em 0, 00%, para qualquer prazo e montante.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.3.2. Demonstração de Resultados

A análise do desempenho do Fundo numa ótica de custos e proveitos é proporcionada pela Demonstração de Resultados, por natureza, evidenciando a avaliação do resultado do exercício económico e o modo como foi gerado.

Quadro 20 – Demonstração de resultados (2018-2017)

Contas da Demonstração de Resultados		2018		2017		Variações Valor
		Valor	%	Valor	%	
Custos e Perdas						
631	Transferências Correntes Concedidos	461.972,50	99,8%	213.451,86	83,9%	248.520,64
651	IRC	1.109,70	0,2%	23.831,55	9,4%	-22.721,85
	Total dos Custos Perdas operacionais	463.082,20	100,0%	237.283,41	93,3%	225.798,79
69	Outros Custos e Perdas Extraordinárias			17.164,00		
	Total dos Custos extraordinários	0,00	0,0%	17.164,00	6,7%	
Total dos Custos Perdas		463.082,20	100,0%	254.447,41	100,0%	208.634,79
Proveitos e Ganhos						
742	Transferências Correntes Obtidas					
	Transferências /outros proveitos - Alienações	30.313,64		380.115,66		-349.802,02
	Transferências /outros proveitos - P. Onerosidade	6.684.242,17		9.020.740,48		-2.336.498,31
	Transferência/outros proveitos pagamento da compensação/mensal / anual	141.043,42		253.684,88		-112.641,46
	Outra Receitas	223,81				223,81
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	6.855.823,04	99,9%	9.654.541,02	98,9%	-2.798.717,98
781	Juros Obtidos					
	Juro ilíquido	4.438,80		95.326,17		-90.887,37
	Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	4.438,80	0,1%	95.326,17	1,0%	-90.887,37
797	Correções relativas a exercícios anteriores	885,11		9.444,62		-8.559,51
	Total dos Proveitos e ganhos extraordinários	885,11	0,0%	9.444,62	0,1%	-8.559,51
Total de Proveitos e Ganhos		6.861.146,95	100,0%	9.759.311,81	100,0%	-2.898.164,86
Resultados						
81	Resultados Operacionais					
	Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	6.392.740,84		9.417.257,61		-3.024.516,77
82	Resultados Financeiros					
	Proveitos Financeiros	4.438,80		95.326,17		-90.887,37
83	Resultados Correntes					
	Resultados operacionais +Resultados Financeiros	6.397.179,64		9.512.583,78		-3.115.404,14
84	Resultados Extraordinários					
	Proveitos Extraordinários	885,11		-7.719,38		8.604,49
88	Resultados Líquidos do Exercício					
	Resultados Correntes ± resultados extraordinário	6.398.064,75		9.504.864,40		-3.106.799,65



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Os proveitos globais gerados foram de 6.861.147 € enquanto os custos totais foram de 463.082€, gerando um Resultado Líquido do exercício de 6.398.065 €.

Proveitos e Ganhos

Em termos de proveitos e ganhos, verificou-se que os proveitos operacionais, que resultaram da atividade corrente do Fundo, são os que apresentaram maior relevância correspondendo a 98,9%, do total de Proveitos e Ganhos do exercício de 2018.

Por comparação com os proveitos operacionais de 2017, verificou-se um decréscimo de 2.798.718 € consequente da diminuição do proveito proveniente da aplicação do princípio da onerosidade, e ainda, do produto da alinação dos imóveis da propriedade do Estado e ainda, dos proveitos resultantes dos arrendamentos e das cedências de imóveis do Estado.

Quanto aos proveitos financeiros, registaram uma quebra de 90.887 €, justificada pela descida das taxas de juro que a partir de agosto passou a 0 %, e consequente diminuição dos rendimentos das aplicações financeiras em CEDIC.

Relativamente aos proveitos extraordinários registou-se uma variação negativa de 8.560 €, correspondentes a receitas recebidas no ano, que se referem a proveitos de anos anteriores.

Custos e Perdas

Os custos operacionais sofreram um acréscimo de 208.635 €, justificado essencialmente pelo aumento das transferências efetuadas para os serviços beneficiários no âmbito dos contratos de financiamento celebrados.

Resultados

Os resultados operacionais no valor de 6.392.741 €, à semelhança do ano anterior, revelam que os proveitos operacionais foram suficientes para suportar a despesa da mesma natureza. Comparativamente com o ano de 2017 evidenciaram, um decréscimo de 3.024.518 €, que decorreu da diminuição dos proveitos operacionais. O aumento das transferências efetuadas para os serviços beneficiários no âmbito dos contratos de financiamento celebrados, não foi suficiente para compensar a citada descida dos proveitos operacionais.

Situação semelhante acontece com os resultados correntes que registaram um decréscimo de 3.115.404 €. Contrariamente, os resultados extraordinários registaram um acréscimo de 8.604 €.

O resultado líquido do exercício é positivo em 6.398.065 €. Comparativamente com 2017, registou um decréscimo no montante de 3.106.800 €.



6. Síntese conclusiva

Tendo em conta o referido, a atividade desenvolvida pelo Fundo em 2018, registou progressos quando comparado com o ano anterior, salientando-se os seguintes resultados:

- O número de candidaturas apresentadas registou um acréscimo de 42% face ao ano transato, tendo sido apresentadas 17 candidaturas no valor de 8,6 milhões de euros.
- Foram aprovadas 9 candidaturas envolvendo um montante aproximado de 3,1 milhões de euros (em 2017 foram aprovadas 2) e reapreciadas 6 de candidaturas, aprovadas em anos anteriores.
- Foram celebrados 4 novos contratos de financiamento de 0,6 milhões de euros (valor superior ao de 2017, 1 contrato de 0,2 milhões de euros). Em termos de execução financeira, registou-se um acréscimo no volume de pagamentos aos serviços beneficiários que passou de 0,2 milhões de euros em 2017 para 0,5 milhões de euros em 2018.
- O número de candidaturas pendentes de decisão registou uma redução, no final de 2018 encontravam-se 45 candidaturas em apreciação (50 em 2017.)

Verifica-se ainda, um desfasamento entre a aprovação e a contratualização das candidaturas, no final de 2018, encontravam-se 16 candidaturas por contratualizar, a que corresponde um montante a financiar de cerca de 6,1 milhões de euros. Neste aspeto, importa referir, que o desenvolvimento da atividade do Fundo foi condicionada por constrangimentos, nomeadamente, atrasos registados nos procedimentos prévios à contratação pública (projetos de execução e aprovação de portarias de extensão de encargos), bem como a falta de apresentação de comprovativos de que o serviço beneficiário dispõe de dotação orçamental para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação por parte do Fundo, que protelaram a celebração de contratos e, consequentemente, o seu financiamento, que tiveram impactos significativos no cumprimento do previsto no plano de atividades.

Em termos orçamentais, a receita arrecadada no valor de 15,1 milhões de euros foi superior à despesa que se cifrou em 0,5 milhões, gerando um saldo de 14,6 milhões de euros, valor este, a que acresce o saldo de gerência transitado de 2017, obtendo-se o valor de 26,7 milhões de euros para a gerência seguinte. Comparativamente a 2017, a receita arrecadada registou um acréscimo de 13,7 milhões de euros, que ficou a dever-se essencialmente à receita proveniente do princípio de onerosidade.

A situação económico-financeira mantém-se positiva, verificando-se assim, que para cumprir os objetivos do Fundo, os proveitos gerados foram suficientes para fazer face à despesa, gerando ainda, um resultado líquido de 6,4 milhões de euros. O balanço evidencia uma variação positiva de 6,4 milhões de euros, para a qual contribui o saldo da conta do tesouro.

Ao nível dos procedimentos de apreciação e aprovação das candidaturas, é de referir, que durante o ano de 2018 foi aprovado e divulgado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial e apreciada uma proposta de Manual de Procedimentos.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Em 2019, o Fundo tenciona continuar a dar prioridade ao aumento da execução financeira, e dessa forma mobilizar esforços significativos para prosseguir com o financiamento das operações necessárias à reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado em utilização por parte dos serviços e organismos públicos, contribuindo desse modo para melhorar a utilidade e funcionalidade desse património.

Pretende-se ainda, prosseguir com a divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.

No que respeita ao processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, mantém-se o propósito de concretizar este objetivo, que está dependente do desenvolvimento do projeto de criação de um portal especializado em imobiliário público, o qual está em curso, que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.

Prevê-se ainda rever alguns aspetos do regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, de forma a contemplar a alteração introduzida ao objeto e finalidade do Fundo pela Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013 e que conferiu nova redação aos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro. A referida revisão visa ainda adequar o enquadramento legal em vigor ao que tem sido a atividade efetiva do Fundo, alterando e agilizando os procedimentos.

A COMISSÃO DIRETIVA

Maria João Araújo
(Presidente)

Miguel Marques dos Santos
(Vogal)

Liliana da Fonseca Lourenço
(Vogal)



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexos

Quadro Anexo 1 - Aplicações em CEDIC

Data de início da aplicação	Data de vencimento	Montante aplicado	Taxa (%)	Montante líquido a receber na data do vencimento	Juro líquido na data do vencimento	IRC na data do vencimento	Juro líquido	Imputação a 2018		
								Juro líquido na data do vencimento	IRC	Juro líquido
27-01-2017	26-01-2018	797.000,00	0,310	798.873,61	1.873,61	624,54	2.498,15	133,83	44,61	178,44
01-03-2017	01-03-2018	1.009.170,00	0,300	1.011.472,17	2.302,17	767,39	3.069,56	378,44	126,15	504,59
24-03-2017	23-03-2018	858.837,98	0,300	860.791,83	1.953,85	651,29	2.605,14	440,16	146,72	586,88
02-06-2017	01-06-2018	2.316.309,02	0,090	2.317.889,90	1.580,88	526,96	2.107,84	660,15	220,05	880,20
29-06-2017	29-06-2018	2.901.324,93	0,060	2.902.648,66	1.323,73	441,24	1.764,97	652,80	217,60	870,40
03-08-2017	03-08-2018	5.937.032,00	0,040	5.938.837,85	1.805,85	601,95	2.407,80	1.063,72	354,57	1.418,29
29-09-2017	28-09-2018	706.577,59	0,000	706.577,59	-	-	-	-	-	-
19-10-2017	19-10-2018	3.408.266,79	0,000	3.408.266,79	-	-	-	-	-	-
02-11-2017	02-11-2018	1.103.879,22	0,000	1.103.879,22	-	-	-	-	-	-
04-12-2017	04-12-2018	14.943.321,09	0,000	14.943.321,09	-	-	-	-	-	-
29-12-2017	28-12-2018	5.846.615,66	0,000	5.846.615,66	-	-	-	-	-	-
Sub-Total		39.828.334,28		39.913.487,97	10.840,09	3.613,17	14.451,46	3.329,10	1.109,70	4.438,80
26-01-2018	25-01-2019	797.000,00	0,000	797.000,00	-	-	-	-	-	-
01-03-2018	01-03-2019	1.009.170,00	0,000	1.009.170,00	-	-	-	-	-	-
23-03-2018	22-03-2019	858.837,98	0,000	858.837,98	-	-	-	-	-	-
01-06-2018	31-05-2019	2.316.309,02	0,000	2.316.309,02	-	-	-	-	-	-
29-06-2018	28-06-2019	2.901.324,93	0,000	2.901.324,93	-	-	-	-	-	-
03-08-2018	02-08-2019	5.937.032,00	0,000	5.937.032,00	-	-	-	-	-	-
28-09-2018	27-09-2019	706.577,59	0,000	706.577,59	-	-	-	-	-	-
19-10-2018	18-10-2019	3.408.266,79	0,000	3.408.266,79	-	-	-	-	-	-
02-11-2018	01-11-2019	1.103.879,22	0,000	1.103.879,22	-	-	-	-	-	-
04-12-2018	04-12-2019	14.943.321,09	0,000	14.943.321,09	-	-	-	-	-	-
28-12-2018	27-12-2019	5.846.615,66	0,000	5.846.615,66	-	-	-	-	-	-
Sub-Total		39.828.334,28		39.828.334,28						
Total								3.329,10	1.109,70	4.438,80

Quadro Anexo.2 - Acréscimo de Proveitos – Alienação de Imóveis

Ano	Processo	Imóvel	Valor a Receber
2011	21-NI-1	Antiga Estação Regional de Leite e Lacticínios de Paços de Ferreira"	26.013
2012	21-AA-108	Antigas instalações fabris da empresa-António Pereira e Vidal e Filhos	6.783
2014	21-RM-84	Prédio urbano Lugar de cabanas, Valpaços	2.509
2014	26-LFB-F-54	Frações G na Rua dos Fanqueiros 90 a 100, Lisboa	12.026
2015	21-HA-54	Fração autónoma AB - T3-Rua Fernão de Magalhães , 21-3.º Cerro da Alagoa, Albufeira	1.175
2015	21-SZ-60	Edifício da antiga cadeia de Vouzela, sito no lugar da Feira, Vouzela	3.240
2015	21-PI-227	Prédio misto sito na Quinta dos Almarjões, em Santa Cruz	14.209
2016	21-HH-152	Prédio misto sito no Sargaçal, em Lagos	6.012
2017	21-LFG-A-230	Prédio com três pisos sito no Largo do Rio Seco, nº 10 e 10-A em Lisboa	25.536
2017	21-LFG-C-306	Prédio de dois pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 3 e 3-A em Lisboa	32.275
2017	21-LFG-C-307	Prédio de três pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 5 e 5-A em Lisboa	37.500
2017	21-LFG-C-308	Prédio de dois pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 9 em Lisboa	44.150
2017	21-PD-230	Imóvel composto por dois edifícios sito na Rua de Goa, nº 72, em Santo André, Barreiro	12.831
Total			224.260